

INVESTIMENTOS NA INDÚSTRIA DE DEFESA DO BRASIL E DA ARGENTINA: OS AVANÇOS E RECUOS DOS GASTOS MILITARES NO SÉCULO XXI

INVESTMENTS IN DEFENSE INDUSTRY OF BRAZIL AND ARGENTINA: THE ADVANCES AND SETBACKS OF MILITARY SPENDING IN THE TWENTY-FIRST CENTURY¹

INVERSIONES EN LA INDUSTRIA DE DEFENSA DE BRASIL Y ARGENTINA: LOS AVANCES Y RECUOS DE LOS GASTOS MILITARES EN EL SIGLO XXI²

DENIS FERNANDES ALVES³
 JOSÉ ÁLISON BATISTA OLIVEIRA⁴
 SUSIANE DA SILVA BEZERRA⁵
 PEDRO JOSÉ REBOUÇAS FILHO⁶

RESUMO

A partir do século XXI os países latinos americanos têm adotado políticas que visam a modernização e inovação do aparato da indústria de defesa. As políticas de defesas dos países sul-americanos, como Brasil e Argentina, se destacam pelos investimentos e representatividade. Em vista disto, objetivou-se com este trabalho fazer um estudo comparado dos gastos militares e da indústria de defesa do Brasil e da Argentina. Onde pretendeu-se conjugar dados de ambos os países no que tange as despesas militares associando as políticas de desenvolvimento dos países em questão, através de uma revisão histórica dos avanços da indústria de defesa e suas estratégias. Os dados foram extraídos do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), já o recorte temporal compreende de 2000 a 2014. Por meio dos resultados pode-se inferir que o Brasil e a Argentina têm aumentado a quantidade de investimentos nesse ramo industrial, sendo que o Brasil ainda possui níveis superiores ao argentino.

Palavras-chaves: Industrial de defesa. Gastos militares. Investimentos. Brasil. Argentina

ABSTRACT

From the XXI century Latin American countries have adopted policies aimed at modernization and innovation of the defense industry apparatus. defense policies of South American countries such as Brazil and Argentina, they highlight the investments and representativeness. In view of this, the aim of this study was to make a comparative study of military spending and defense industry in Brazil and Argentina. Which it was intended to combine data from both countries regarding military spending associating development policies of the countries concerned, through a historical review of the progress of defense and their strategies industry. Data were extracted from the Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), since the time frame comprises 2000 to 2014. Through the results it can be inferred that Brazil and Argentina have increased the amount of investments in the industrial sector, and Brazil still has levels higher than the Argentine.

Keywords: defense industrial. military expenditures. investments. Brazil. Argentina

RESUMEN

A partir del siglo XXI los países latinos americanos han adoptado políticas que apuntan a la modernización e innovación del aparato de la industria de defensa. Las políticas de defensa de los países sudamericanos, como Brasil y Argentina, se destacan por las inversiones y la representatividad. En vista de eso, se objetivó con este trabajo hacer un estudio comparado de los gastos militares y de la industria de defensa de Brasil y Argentina. Donde se pretendía conjugar datos de ambos países en lo que se refiere a los gastos militares asociando las políticas de desarrollo de los países en cuestión, a través de una revisión histórica de los avances de la industria de defensa y sus estrategias. Los datos fueron extraídos del Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), ya que el recorte temporal comprende de 2000 a 2014. Por medio de los resultados se puede inferir que Brasil y Argentina han aumentado la cantidad de inversiones en esa rama industrial, Brasil aún tiene niveles superiores al argentino.

Palabras claves: Industrial de defensa. Gastos militares. Inversiones. Brasil. Argentina

¹ Article available in english: <<http://portal.eceme.eb.mil.br/meiramattos/>>

² Artículo disponible en español: <<http://portal.eceme.eb.mil.br/meiramattos/>>

³ Universidade Regional do Cariri (URCA) - CE, Brasil. E-mail: <denis_fernandes@outlook.com> Graduado em Economia (URCA).

⁴ Universidade Regional do Cariri (URCA) - CE, Brasil. E-mail: <alison_oliveira37@outlook.com> Graduado em Economia (URCA).

⁵ Universidade Regional do Cariri/Cariri (URCA) - CE, Brasil. E-mail: <silva_susiane@hotmail.com> Graduanda em Economia pela Universidade Regional do Cariri (URCA).

⁶ Universidade Regional do Cariri (URCA) - CE, Brasil. E-mail: <preboucas81@hotmail.com> Mestre em Economia do Setor Público pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

1. INTRODUÇÃO

Com o início do século XXI, alguns países da América do Sul, têm adotado políticas, com quais visam a modernização e inovação de tecnologias na indústria de defesa do país, de forma bastante significativa, ao longo dos anos. Tais avanços estão condicionados de forma inerentemente pacífica a proteção territorial das nações sul-americanas.

A chamada Base Industrial de Defesa (BID) reúne o conjunto das empresas estatais ou privadas que participam de uma ou mais etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa – bens e serviços que, por suas peculiaridades, possam contribuir para a consecução de objetivos relacionados à segurança ou à defesa do país (FERREIRA; SARTI, 2011).

Na Europa é possível perceber que investimentos e a reestruturação de suas Indústrias de Defesa, tem como objetivo não só adquirir uma capacidade autônoma de defesa, mas também se estabelecer competitivamente no mercado mundial como grande potência nesse setor. Com isso, poderá se desenvolver a partir da concentração das indústrias nacionais em diversos grupos setoriais. Muitos especialistas nesse assunto consideram o continente europeu como referência no que se refere a utilizar estratégias de defesa que visam o mercado mundial, apesar de nem sempre ser uma região pacífica. Diferentemente do que ocorre na América, mais especificamente nas nações sul-americanas, onde investimentos na indústria bélica é importante, apesar de ser uma região pacífica, não pode ser indefesa.

Fora criado o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) com a participação dos ministros da Defesa de Argentina, Brasil, Uruguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Guiana, Suriname e Venezuela. Em Santiago do Chile o CDS fez seu compromisso histórico na coordenação das políticas de defesa como um órgão de diálogo e cooperação política. Outro aspecto importante é no fato das nações investir em ativo fixo tangível de aplicação militar, mesmo em ambiente pacífico deve-se manter equilíbrio nos gastos militares. Países como Brasil e Argentina apresentam grande destaque, dentre os países sul-americanos, mas será que em pleno século XXI os gastos militares são algo preocupante?

A hipótese é de que mesmo sendo uma região pacífica deve-se avançar no desenvolvimento da indústria de defesa, investindo em bens tangíveis e serviços com aplicações militares em que a ação deve se consolidar a partir de acordos e cooperações.

No caso brasileiro, já há cento e cinquenta anos de acordos de paz e cooperação com dez vizinhos, além de Equador e Chile. Segundo Brigagão e Seabra (2009) a diplomacia segue norteadada pela fórmula

do barão do Rio Branco, patrono da política externa brasileira, segundo a qual a fronteira deve constituir fonte de cooperação, e não de conflito. Em vista disto, estes acordos promovem a paz entre seus vizinhos. “Nas últimas duas décadas o Brasil jogou um papel-chave [...] na política, na diplomacia e na economia, e agora, nas esferas de segurança e defesa da América do Sul” (BRIGAGÃO; SEABRA, 2009, p. 77).

Outro país de importante participação econômica, política e estratégica na América do Sul é a Argentina. Segundo os estudos de Moraes (2011) a Argentina, possuía um importante poder militar na região até o fim dos anos 1980, tem executado políticas de modernização militar, mas a um ritmo lento e parcial quando comparada aos países como o Brasil, Venezuela e, principalmente, o Chile. Essa situação também tem se apresentado em um dos temas considerados prioritários na modernização militar do país, qual seja a revitalização da indústria de defesa, que chegou a alcançar entre meados dos anos 1960 e o término dos anos 1980 um grau de complexidade e diversificação na região equiparável apenas ao da indústria de defesa brasileira (MORAES, 2011).

Nesta perspectiva que se forma o interesse em estudar os obstáculos apresentado à sua revitalização em período recente e também analisar de forma comparada a indústria de defesa brasileira e argentina. Tal reflexão é importante, entre outras razões, já que a Segurança Nacional volta ao palco após décadas de dificuldades de tratamento desse tema tão vinculado ao regime militar (OLIVEIRA, 2009).

O objetivo deste trabalho é fazer um estudo comparativo da indústria de defesa do Brasil e da Argentina. Pretende-se conjugar dados de ambos no que tange as despesas militares associando de forma paulatina ao desenvolvimento econômico dos países, no período de 2000 a 2014. Os dados foram extraídos do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), onde torna-se possível através da comparação deste segmento industrial, investigar as influências de diferentes políticas objetivando a paz e segurança internacional.

2. A EFICIÊNCIA DO CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO (CDS) NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS REGIONAIS E DE FRONTEIRAS

Segundo o Brigagão e Seabra (2009) antes mesmo do final da Guerra Fria, a Argentina e o Brasil começaram a cooperação de segurança – abrindo espaço para a cooperação econômica da

agenda do Mercosul. Essa cooperação vem desde o compartilhamento de recursos hidroelétricos de Itaipu e Corpus, entre ambos os países, até mesmo na cooperação de segurança na área da diplomacia nuclear.

Em fins do século XIX, houve a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e o Acordo Quatripartite assinado entre Brasil, Argentina, ABACC e AIEA. Vale notar que a Guerra das Falklands/Malvinas (1992) reforçou a reaproximação entre Brasil e Argentina, na área diplomática, comercial e de segurança (BRIGAGÃO; SEABRA, 2009).

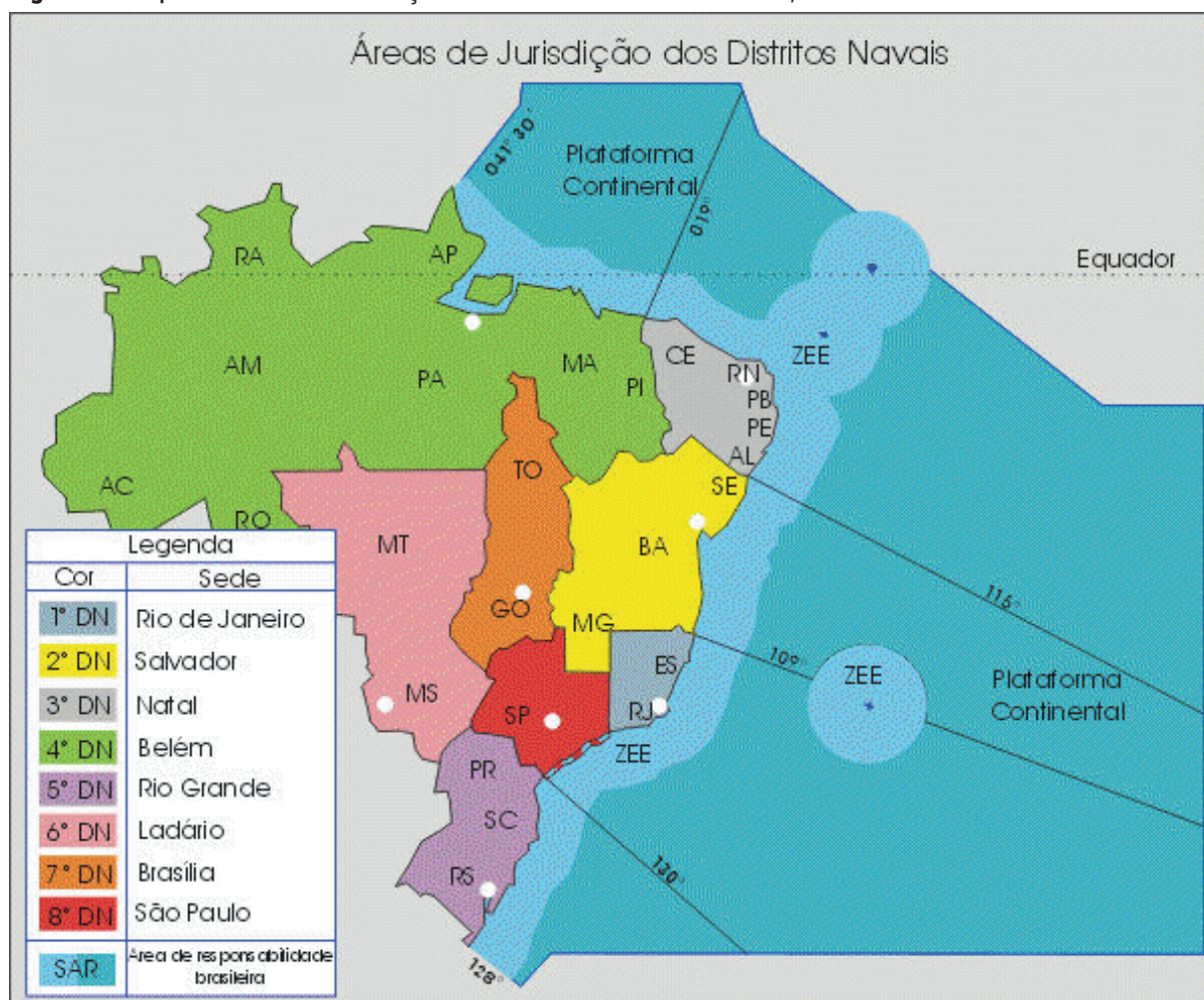
Estes processos de aproximação entre os dois países na América do Sul, reforça não só os laços de segurança, como também permite o escoamento

da produção excedente entre ambos os países e, que, no momento já se discute a criação de uma empresa binacional de enriquecimento de urânio para competir no mercado internacional, ou seja, há desenvolvimento no comércio entre os países, de forma competitiva no mercado internacional.

O Brasil desperta incômodo nos seus vizinhos por conta de suas dimensões territoriais e econômicas, que o diferencia dos demais. De acordo com Brigagão Seabra (2009) o Brasil, nas últimas décadas, jogou um papel-chave na política, na diplomacia e na economia, e agora, nas esferas de segurança e defesa da América do Sul.

Um país de dimensões continentais, como é o caso brasileiro, deve-se ter controle não só no que condiz a defesa terrestre, como também em todo território brasileiro por extensão.

Figura 01: Mapa das áreas de Jurisdição dos Distritos Navais brasileiros, 2016.



Fonte: Marinha do Brasil, 2016.

O mar territorial compreende a zona de mar contígua a toda faixa litorânea brasileira e também as águas interiores. As águas interiores compreende a estrutura hídrica do próprio territorial nacional. Exemplo destas, são: águas de rios, lagoas, lagos, canais entre outros. Dentro do próprio Mar territorial, o Brasil pode desempenhar seu domínio de forma plena. Tal domínio ou soberania, não só é exercitada sobre o mar territorial, como também em todo o espaço aéreo, terrestre e subsolo da nação. Aborda então a extensão do território continental (BRASIL, [s.d.]).

A Zona Econômica Exclusiva (ZEE) compreendida a faixa de cor azul claro na figura 1, é uma zona que se estende ao longo de toda a costa até um limite estabelecido de 200 milhas náuticas, ou seja, compreende a 370.400 metros, já que cada milha náutica vale 1.852 metros. Neste zoneamento, a Patrulha Costeira (BRASIL, [s.d.]) esclarece que pode ser exercido os direitos de soberania e domínio, no que se refere a toda exploração de recursos naturais, bem como sua conservação.

É na plataforma continental que a nação goza de privilégios e exclusividade todos os recursos disponíveis, sejam eles minerais, naturais, biológicos ou não, de acordo com seus interesses e suas condições. Segundo Corrêa (2015) esta área abrange o leito e o subsolo das zonas marinhas que se estendem além do seu Mar Territorial, por todo o seu prolongamento natural até o limite externo da margem continental ou até a distância de 200 milhas marítimas, medidas a partir das linhas de base utilizadas para medir o Mar Territorial, sempre que o limite externo da margem continental for inferior a essa distância.

Segundo Sória (2003) o alto mar é o espaço marítimo é caracterizado por compreender todas as partes do mar não incluídas na Zona Econômica Exclusiva, no Mar Territorial ou nas águas. De acordo com a Patrulha Costeira (BRASIL, [s.d.]) o Estado pode optar pelo que mais lhe convier. Isto significa que a Plataforma Continental poderá, até mesmo, avançar além de 350 milhas marítimas. Mesmo no caso em que o Estado Costeiro não explore os recursos de sua plataforma, ninguém poderá fazê-lo sem o seu consentimento. Os direitos do Estado costeiro sobre a sua plataforma continental são independentes de sua ocupação, real ou fictícia ou de qualquer declaração expressa (COELHO, 2014).

Os locais são invioláveis, ou seja, os Agentes do Estado acreditado não poderão penetrar nos territórios, sem o consentimento do chefe da Missão. É então destacada a importância dos Distritos Navais no que constituem a segurança da navegação e defesa nacional, segundo a Marinha do Brasil:

A criação das Capitânicas dos Portos data do ano de 1845, quando o Imperador, por meio do Decreto nº 358 de 14 de agosto, autorizou o Governo a estabelecer uma Capitania dos Portos em cada Província Marítima do Império. Pelo Regulamento aprovado pela Portaria nº 0004 de 31 de janeiro de 2000, do ComOpNav, as Capitânicas e respectivas Delegacias passam a ter suas atividades e organizações estruturadas, com a missão de contribuir para a orientação, coordenação e controle das atividades relativas à Marinha Mercante e Organizações correlatas, no que se refere à defesa nacional, segurança da navegação, à defesa nacional, salvaguarda da vida humana no mar, prevenção da poluição hídrica e fiscalização do tráfego marítimo, fluvial e lacustre, na área de sua jurisdição. (BRASIL, c2016).

Nesse contexto, Brigagão e Seabra (2009) justificam a iniciativa brasileira durante o Encontro Presidencial da América do Sul (2008) quando foi lançada a União das Nações da América do Sul (UNASUL): uma significativa virada da política externa brasileira. Onde na ocasião, foi criado o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) com a participação dos ministros da Defesa de Argentina, Brasil, Uruguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Guiana, Suriname e Venezuela. Em Santiago do Chile o CDS fez seu compromisso histórico na coordenação das políticas de defesa como um órgão de diálogo e cooperação política.

No que tange as aeronaves, o espaço aéreo brasileiro é reservado as aeronaves privadas, do mesmo modo o mar territorial, que é reservado as embarcações privadas, entretanto onde quer que estejam são públicas, mas como foi acertado na convenção de Viena sobre relações diplomáticas, Dec. Lei n. 56.435, 8 de junho de 1965: Art 22:1.

Neste encontro o ministro da Defesa do Chile foi encarregue de preparar um plano de quatro anos. Assegurou de antemão que o CDS não será uma aliança militar tradicional (como a nato) e tampouco será organizada uma Força Armada sul-americana. Tem, sim, como objetivo apoiar medidas de construção de confiança mútua, integração, diálogo e cooperação em questões de defesa (BRIGAGÃO; SEABRA, 2009).

Foram destacados alguns pontos centrais do CDS: Políticas de defesa conjuntas na América do Sul; Intercambio de pessoal das Forças Armadas; Operações conjuntas em missões de paz da ONU; Intercâmbio de perspectivas e análises políticas nos cenários de defesa mundiais; Integração da indústria de base para defesa. Portanto, é nesse contexto, que o CDS é percebido em muitos círculos como parte de uma decisão do Brasil que visa dar ênfase a região como uma estratégia de política econômica para sua inserção internacional (BRIGAGÃO; SEABRA, 2009).

Explorado o CDS e dado sua importância no contexto das políticas de defesas dos países sul-americanos, tanto a Argentina quanto o Brasil, apresentam importância na relação de estabilidade pacífica no continente. Muito embora países como Chile e Venezuela tenham investido severamente na indústria de defesa, com o objetivo de assegurarem-se enquanto nação, para com qualquer eventual ataque. Feito isso, as seções seguintes, se voltam propriamente aos países cujo foco é demonstrar uma relação entre as políticas de defesa, são eles: Brasil e da Argentina, pautados no objetivo da pesquisa.

3. LINHAS DE ESTRATÉGIA DA POLÍTICA DE DEFESA BRASILEIRA

Historicamente, muitas nações têm investido bastante em sua indústria de defesa, tanto com o objetivo de conflitos armados com outros países, em busca de diversos interesses, tais como, interesses políticos, econômicos, territoriais, entre outros, além de constituir um exército que esteja preparado militarmente para possíveis ataques ou mesmo para a proteção dos limites de fronteiras de seus países (aéreo, terrestre e marítimo). No caso brasileiro não é diferente.

O Brasil é um país que não é marcado em sua história por grandes guerras e conflitos com outras nações, ou mesmo no âmbito civil. Porém, evidentemente o Brasil passou por situações em que foi necessário que utilizasse de seu poderio militar e bélico para defender os interesses do país perante encontros armados. Posto isto, torna-se necessário compreendermos sobre a história da indústria de defesa brasileira e, conseqüentemente, como esse ramo encontra-se atualmente e quais políticas adotadas para o melhoramento tecnológico da mesma.

De acordo com Bohn (2014), a indústria de defesa de país em desenvolvimento, como é o caso brasileiro, deve cumprir quatro tipos de obrigações, quais sejam: i) demandas de sustentação, mantendo a infraestrutura bélica em tempos de paz e possibilitar o aumento da produção em tempos de crise; ii) manutenção de qualidade, maximizando a qualidade do produto pelo menor custo possível; iii) habilidade de produzir sistemas não disponíveis por outros fornecedores; iv) e a produção de armamentos específicos em determinada região, criando ou maximizando vantagens comparativas a partir de necessidades locais.

Para Lessa (2004), o paradigma da indústria de defesa que cada país e sociedade nacionais praticam está diretamente relacionado ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas dessa determinada nação. No caso brasileiro, Visconde de

Mauá, ainda no século XIX, quem deu o primeiro passo para o desenvolvimento industrial do país, pois o mesmo, tendo controlado as operações de câmbio no Brasil, cumpria o papel de uma espécie de "função de Banco Central" para a época, possuindo a capacidade de alavancar projetos de infraestrutura, podendo citar a Criação da Companhia de Navegação do Amazonas, firmando a presença brasileira no eixo mercantil da região amazônica, e a resolução dos conflitos com o Uruguai, sendo que, mesmo com a independência deste, o Brasil ainda continuou presente na região do Prata (LESSA, 2004, p.13-15).

Dellagnezze (2008) defende a criação da Indústria de Defesa brasileira o marco histórico acontecido algumas décadas antes dessas realizações proferidas pelo Visconde de Mauá, mas especificamente em 1808, com a chegada da família Real portuguesa ao Brasil. Neste mesmo ano, a Corte instalada no país realizou algumas obras marcantes para a história econômica e social do país, tais como: a criação do Banco do Brasil, da Imprensa Nacional e da Fábrica Real de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas, mais tarde passando a ser denominada Fábrica da Estrela. Durante várias décadas e passando por diversas nomenclaturas diferentes, a atual Fábrica da Estrela foi a principal, a princípio a única, indústria de defesa do Brasil. O fato é que esta empresa, que hoje atua de forma dual, ou seja, tanto no mercado militar, com a produção de artefatos e explosivos, assim como na área civil, possui reconhecida importância estratégica para a Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL (DELLAGNEZZE, 2008, p.2-8).

A IMBEL é uma Empresa Pública Federal, vinculada ao Ministério de Defesa do Brasil. Com a criação da IMBEL, em 1974, os setores de defesa passaram a ter uma atividade estratégica para o país, com uma tecnologia nacional em evolução, que permitiria o Brasil tornar-se mais independente em produtos militares. Esta empresa desenvolve suas atividades no setor de produtos de defesa, com rigorosa observação das políticas, planos e programas do Governo Federal, assim como as diretrizes postas pelo Comando do Exército (DELLAGNEZZE, 2008, p. 8-9).

A indústria de defesa brasileira desenvolveu-se paralelamente ao passo que se construía o parque industrial brasileiro, sendo o maior impulso com a implantação, na década de 1950, da indústria mecânica e de metais, atingindo seu ápice nas décadas de 1970-80, tornando-se o 11º exportador de material bélico do mundo no ano de 1983. Algumas empresas brasileiras, como a Engesa e a Avibras, fabricaram produtos com elevado grau tecnológico, obtendo um maior mercado internacional devido, principalmente, a guerra entre Irã e Iraque, onde este último adquiriu vários produtos bélicos provenientes das empresas brasileiras. Contudo, o fim da guerra Irã-Iraque gerou uma grande crise de

demanda internacional, atingindo negativamente as indústrias bélicas do Brasil, em especial, as citadas anteriormente: a Avibras, que conseguiu superar a crise e vem reconquistando mercado externo, e a Engesa, que entrou em decadência no início da década de 90, encerrando suas atividades em 1993 (STRACHMAN; DEGL'IESPOSTI, 2010). Não apenas o fim da guerra, mas outros fatores influenciaram na crise da indústria de defesa brasileira, como destaca Moraes (2012), elencando três pontos principais: a indústria de defesa do Brasil era extremamente dependente do setor externo, sendo que o mesmo é bastante instável; as importações de armamentos bélicos tiveram grande contração após o fim da Guerra Fria; e por último, dado o péssimo cenário internacional de desaquecimento da indústria bélica, o governo brasileiro não adotou políticas que proporcionassem uma estabilidade econômica para as indústrias desse setor. Ainda de acordo com o autor, a indústria de defesa brasileira volta a ganhar relevância na pauta das políticas públicas do Governo somente a partir do ano de 2005.

Moraes (2012) destaca quatro grandes empresas do setor de defesa no Brasil no período de 1975-2010, pois obtiveram os mais altos valores de exportações de produtos bélicos, quais sejam: a Engesa, a Embraer, a Avibras e a Helibras. A Engesa, empresa já falida no ano de 1993, destacou-se pelo desenvolvimento e fabricação de viaturas blindadas, sendo a maior parte de sua produção exportada, principalmente para o Iraque. A Embraer, criada em 1969, é uma das maiores produtoras de aeronaves civis do mundo, focalizando seu trabalho na produção, desenvolvimento, manutenção e comercialização de aeronaves de asa fixa, concentrando-se nos segmentos de jatos regionais e executivos, além de algumas aeronaves militares que são destinadas a alerta aéreo antecipado, controle, sensoriamento remoto, vigilância aérea e patrulhamento marítimo. A Avibras, fundada em 1961, destacava-se inicialmente no segmento militar pela produção da aeronave Falcão, destinada a treinamentos básicos, sendo que a partir da década de 80 essa empresa passou a desenvolver mísseis e foguetes para o uso exclusivo dos militares, contudo, apesar de sua importância, ainda fica atrás da Embraer e da Engesa, com apenas aproximadamente 10% das exportações brasileiras nas últimas décadas do século XX. A Helibras, criada a partir de um acordo entre o Brasil e a França na década de 1970, é a única montadora da América do Sul e uma das poucas empresas do setor militar no Brasil que possui seu capital predominantemente estrangeiro (MORAES, 2012). Sendo assim, percebe-se que o país, apesar do pouco incentivo governamental ao setor de defesa, possui um grande histórico de participação mundial no âmbito das exportações de materiais bélicos e de defesa, com algumas empresas que se destacam no mercado internacional nesse

setor produtivo.

A partir dos anos 2000 o Brasil busca exercer o papel de líder regional e aumentar sua cooperação com países latino-americanos no que se refere à defesa e segurança. Nesse contexto, foi criado, no ano de 2008, o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), tendo como objetivos resolver crises regionais, estimular a troca de informações entre os países participantes e promover o desenvolvimento industrial de defesa na América do Sul. O CDS também visa ampliar a autonomia da região quanto ao abastecimento de tecnologias e equipamentos militares, levando em consideração enorme distância para os países considerados desenvolvidos. Isso se daria através de incentivos governamentais para a reconstrução e diversificação da estrutura produtiva dos setores de defesa (MATOS, 2016).

No que se refere a gastos em termos percentuais na indústria de defesa na América do Sul, o Brasil, que apesar da crise orçamentária que resultou em cortes em diversos programas das Forças Armadas brasileiras, se manteve na liderança regional, no ano de 2015, com quase metade do orçamento militar dos países sul-americanos, com um total de 49% dos gastos, sendo que a Argentina se encontra empatada em terceiro lugar com Chile, cada um com 8%, logo após a Colômbia com 20% dos gastos na região (MATOS, 2016).

De acordo com Almeida (2010), ainda é considerada pouca a necessidade de investir em políticas de defesa devido, principalmente, ao relativo estado atual de paz que vive os países latino-americanos, a estabilidade de relações problemáticas com as nações vizinhas e o precário sistema de comunicação da defesa nacional. Sendo assim, além do fato de que o Ministério da Defesa não consegue transmitir de forma clara para a população a sua importância, o governo ainda possui grandes impasses para a ampliação de investimentos nesse setor e a reestruturação do mesmo.

No âmbito das políticas de defesa, Oliveira (2009) defende que há duas grandes políticas adotadas já na primeira década deste século, instituídas durante o período do Governo Lula, quais sejam: a Política de Defesa Nacional, aprovada em 2005, deveria ser considerada uma referência obrigatória para a política posterior, instituída em 2008, "a Estratégia de Defesa Nacional, que apesar de ter muitos temas em comum, nem sequer cita a PND em sua formação" (OLIVEIRA, 2009, p. 74).

A Política Nacional de Defesa afirma que o desenvolvimento do Brasil está diretamente ligado a condicionante da defesa nacional, fornecendo o indispensável escudo. Fundamentada nos princípios constitucionais do país, a PND alinha-se às orientações governamentais, mais especificamente a política externa brasileira, que procura solucionar pacificamente

as controvérsias, buscando o fortalecimento da paz e segurança internacionais, o reforço do multilateralismo e a integração sul-americana (BRASIL, 2012). Segundo o Ministério da Defesa:

Após longo período livre de conflitos que tenham afetado diretamente o território e a soberania nacional, a percepção das ameaças está desvanecida para muitos brasileiros. No entanto, é imprudente imaginar que um país com o potencial do Brasil não enfrente antagonismos ao perseguir seus legítimos interesses. Um dos propósitos da Política Nacional de Defesa é conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira da importância da defesa do País e de que esta é um dever de todos os brasileiros (BRASIL, 2012, p. 12).

Apesar de significativas mudanças, os investimentos com a defesa nacional, realizados pelo Governo brasileiro, ainda estão aquém dos realizados pelos países-membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU ou mesmo quando comparado ao conjunto de países emergentes que formam o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). A Tabela 01 demonstra claramente, para o ano de 2012 os níveis orçamentários investidos no âmbito da defesa e segurança nacional (em Bilhões de dólares) e a porcentagem dessas despesas referentes ao PIB nacional e aos gastos mundiais. O EUA lidera este ranking, gastando sozinho o valor equivalente ao somatório dos 11 países posicionados logo abaixo, estando o Brasil na 11ª posição, situado a frente apenas da Coreia do Sul (CORREA FILHO, 2013).

Quadro 01: Países com os 12 maiores orçamentos de defesa (US\$ bilhões correntes, % PIB e % do gasto mundial), 2012

Posição	País	Orçamento (US\$ Bilhões correntes)	% do PIB	% do gasto mundial
1	EUA	682,5	4,4	38,9
2	China	166,1	2,0	9,5
3	Rússia	90,7	4,4	5,2
4	Reino Unido	60,8	2,5	3,5
5	Japão	59,3	1,0	3,4
6	França	58,9	2,3	3,4
7	Arábia Saudita	56,7	8,9	3,2
8	Índia	46,1	2,5	2,6
9	Alemanha	45,8	1,4	2,6
10	Itália	34,0	1,7	1,9
11	Brasil	33,1	1,5	1,9
12	Coreia do Sul	31,7	2,7	1,8

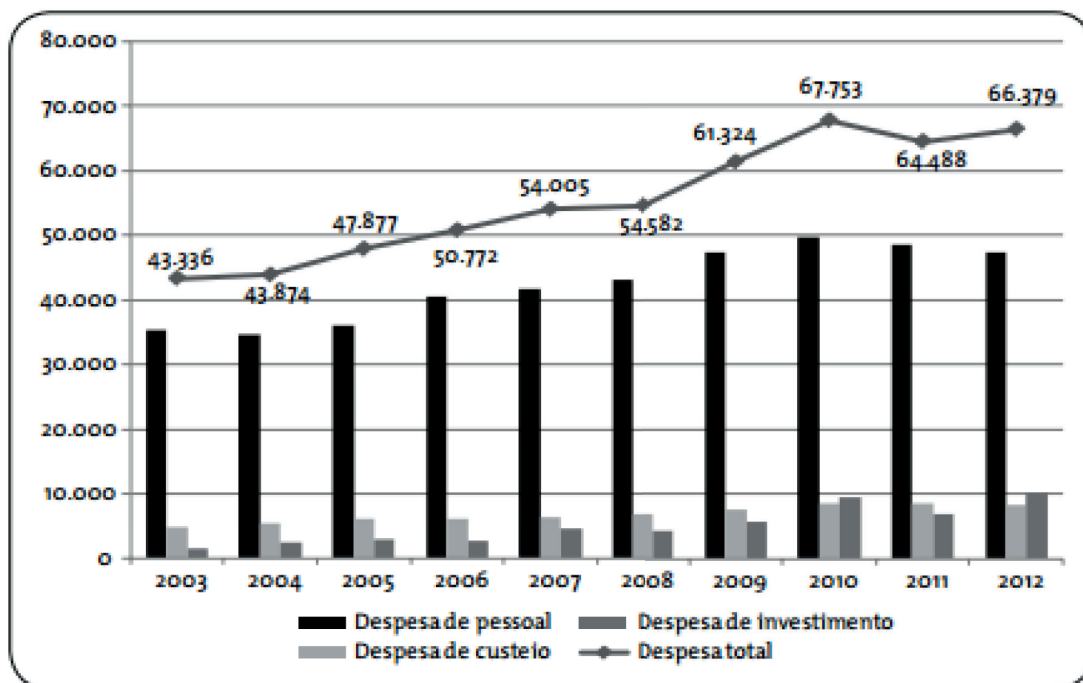
Fonte: adaptado de Correa Filho (2013, p.377).

Após alguns anos sem muitos incentivos político governamental no âmbito de defesa nacional, em 2008, o Governo Lula sinaliza para o setor um Plano Nacional de Recuperação e Modernização das Forças Armadas, com o intuito de reequipar as Forças Armadas brasileiras, propiciando o aquecimento ou ressurgimento da indústria de defesa no país, além de direcionar a produção desse setor no âmbito de mercado internacional (DELLAGNEZZE, 2008, p. 3).

O orçamento da defesa corresponde ao Ministério da Defesa e as Forças Armadas Brasileiras, discriminando as despesas em três tipos, quais sejam: a despesa com pessoal, que é a maior rubrica,

representou 76,5% dos gastos totais; as despesas de investimentos, que se refere à aquisição dos meios e recursos destinados à adequação e ao aparelhamento das Forças Armadas; e, por último, as despesas de custeio, que estão voltadas à manutenção da capacidade permanente de preparo da estrutura militar para o pronto emprego. Contudo, nem todos os gastos federais com defesa representam uma demanda por produtos dessa indústria, sendo esta apenas por parte dos gastos de custeio e de investimento. Os setores de segurança pública e privada e outros países respondem pelo restante da demanda (CORREA FILHO, 2013).

Figura 02: Despesas com defesa (em R\$ milhões), 2003-2012



Fonte: Correa Filho (2012, p.377)

Diferentemente da PDN, a Estratégia de Nacional de Defesa possui um estilo "sem rodeios", partindo do ponto central de que o Brasil está destinado a ser uma potência capaz de defender-se, sem exercer hegemonia ou dominação sobre outras nações. Sendo assim, o Brasil precisa estar preparado diante de possíveis conflitos que estejam na sua trajetória para o objetivo de se tornar uma maior potência em âmbito mundial. Contudo, torna-se necessário que o país invista na reorganização das Forças Armadas, na reestruturação da Indústria de Defesa e na redefinição da política de composição das Forças Armadas. A equiparação nas Forças Armadas exige que passem por um processo de transformação que as habilite a defender adequadamente o país, passando do estágio de "modelo atual" para um "modelo futuro" de Forças Armadas (OLIVEIRA, 2009, p. 73).

O crescente desenvolvimento do Brasil deve ser acompanhado pelo aumento do preparo de sua defesa contra ameaças e agressões. [...] A presente Estratégia Nacional de Defesa trata da reorganização e reorientação das Forças Armadas, da organização da Base Industrial de Defesa e da política de composição dos efetivos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Ao propiciar a execução da Política Nacional de Defesa com uma orientação sistemática e com medidas de implementação, a Estratégia Nacional de Defesa contribuirá para fortalecer o papel cada vez mais importante do Brasil no mundo (BRASIL, 2012, p. 41-42).

O desenvolvimento de tecnologia bélica é essencial na Estratégia Nacional de Defesa, tanto no nível doméstico, assegurando à sua população a segurança, a confiança e o bem-estar, bem como em nível internacional, que busca assegurar sua própria existência e soberania diante das nações. Existem três eixos prioritários estabelecidos na END os quais o Brasil deve procurar dominar cada um para o desenvolvimento de sua indústria de defesa: eixo espacial, cibernético e nuclear. Para que isso ocorra são necessários enormes investimentos sustentados por uma política de longo prazo nesses respectivos segmentos (AMARANTE, 2013).

De acordo com Silva (2004), para que uma indústria relacionada ao setor bélico de produção possa obter êxito, é necessário que haja a preparação e detalhamento de estudos estratégicos com significativa antecedência, permitindo, portanto, conceber no presente um produto que poderá ser demandado anos mais tarde. Sendo assim, os investimentos no âmbito de estudos estratégicos para este setor necessitam da participação de todos os setores envolvidos, inclusive a participação estatal, no processo (produção, comercialização, etc.), atingindo o objetivo de atender não apenas o mercado interno, mas também produzir para exportação (SILVA, 2004, p.55-56).

Posto isto, observa-se que a Indústria de Defesa é um setor de alta importância para o Brasil, tanto no âmbito econômico, quanto nas questões sociais. Contudo, ainda é dependente de decisões políticas que possam solucionar problemas existentes e que apoiem as necessidades que este setor possui.

4. ANÁLISE POLÍTICA DA INDÚSTRIA DE DEFESA ARGENTINA

A indústria de defesa é de substancial importância para um país, tendo em vista diversos interesses que são atendidos através dessa política, sejam eles bélicos, econômicos, políticos entre outros. Destarte, vários países sul-americanos têm procurado desde os anos 2000 adotar políticas de modernização tecnológica nessa área, países como o Chile, Venezuela e Brasil têm investido e aumentado seus gastos militares. A Argentina por sua vez, vem executando de forma mais lenta essas políticas de defesa comparada com os investimentos desses países supracitados, visto que em meados da década de 80 a Argentina possuía um importante poder militar na região. Porém, com o passar do tempo e os anos que sucederam esta década, a Argentina apresentou diversas oscilações entre expansão e enfraquecimento da indústria de defesa, embora tenha se dedicado a fabricação de alguns produtos militares. Em 2003 com o governo de Nestor Kirchner, passa a aprovar projetos na área, porém poucos são implementados, além de tudo foram encontradas diversas dificuldades para o renascimento da indústria de defesa argentina.

Tendo a indústria de defesa como uma das questões principais de um país, os acordos entre os países são de extrema importância para os associados, principalmente as cooperações entre Brasil e Argentina. Especialmente, os acordos entre Argentina, Brasil e Chile sobre questões de Defesa conseguem encontrar um impressionante campo para a cooperação (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 314).

Reforçando a importância da relação entre os países visando fortalecer suas indústrias de defesa e as consequências desses acordos, principalmente aos países membros do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Amorim afirma:

O fortalecimento da relação do Brasil com a Argentina, especialmente no último quarto de século, proporcionou não apenas ganhos econômicos e comerciais notáveis para os sócios do MERCOSUL – bloco que hoje é nosso maior parceiro depois da China –, mas também o aumento tangível da segurança regional, por meio de iniciativas como a agência brasileiro-argentina de contabilidade e controle de materiais nucleares, a ABACC, que sepultou de vez rivalidades históricas (AMORIM, 2012, p. 8).

A indústria entre os anos de 1946 e 1955 teve significativa expansão no primeiro governo de Juan D. Perón, todavia nos anos seguintes passou por várias oscilações, e entre declínio e expansão chegou anos 90 com um nível de atividade muito baixo. Como Moraes (2011) afirma:

A indústria de defesa argentina se destacou, historicamente, pela fabricação de quatro tipos de produtos: i) aeronaves de asa fixa; ii) blindados; iii) navios; e iv) armas leves e munições. Ela teve um período de expansão durante o primeiro governo de Juan D. Perón (1946-1955), passando por um processo de declínio nos dez anos seguintes. Voltou a se expandir a partir de meados dos anos 1960, no governo de Arturo U. Illia (1963-1966), e passou por novo declínio no fim dos anos 1980, chegando a um nível muito baixo de atividades nos anos 1990 (MORAES, 2011, p.50).

Segundo Moraes (2011), no setor de aeronaves de asa fixa com a Fábrica Militar de Aviones (FMA) que foi fundada em 1927 em parceria com Instituto Aerotécnico, este criado em 1943, foram responsáveis por tornar a Argentina um dos países importantes da chamada fronteira tecnológicos da região. Posteriormente em 1947, aconteceu o primeiro voo do avião militar a jato I.Ae. 27 Pulqui I, fazendo com que a Argentina chegasse a quinta posição entre os países a desenvolver tal tecnologia na época (FÁBRICA..., [s.d.]).

Com a chegada de um experiente engenheiro alemão Kurt Tank e parte de sua equipe passaram a trabalhar no país, após um convite do governo de Perón (ARGENTINA, 1950 apud MORAES, 2011), com isso a Argentina ganhou força para dar continuidade ao desenvolvimento de seus projetos militares, que com o trabalho de sua equipe foi criado o I.Ae. 33 Pulqui II cujo primeiro voo ocorreu em 1950, esta nova criação no setor aéreo, possibilitou avanços. Entretanto, após a queda do presidente todas as expectativas existentes com a indústria aeronáutica argentina foram perdidas, ocasionando a saída da equipe alemã do país sul-americano. O Pulqui I e o Pulqui II jamais foram produzidos em série e, ainda em 1955, Kurt Tank e parte de sua equipe deixaram a Argentina, instalando-se na Índia (FÁBRICA..., [s.d.]).

Dentro do novo contexto, a Fábrica Militar de Aviones (FMA) e o Instituto Aerotécnico, ganharia um novo nome nos anos 60, passara a ser o Instituto de Investigaciones Aeronáuticas y Espaciales (IIAE), todavia não desenvolveriam nenhum produto militar considerável até o projeto da aeronave de ataque FMA IA-58 Pucará, que teve sua fabricação iniciada em meados dos anos 1960, cujas primeiras unidades foram entregues à Força Aérea Argentina (FAA) em 1975 (ARGENTINA..., 2008, p. 37 apud MORAES, 2011).

Durante o governo de Carlos Menem compreendido em 1989 e 1999, foram adotadas medidas diante da situação econômica que se encontrava o país naquele momento, durante essa década várias empresas estatais foram privatizadas. O IIAE foi fechado em 1993, enquanto a FMA, já renomeada como Área Material Córdoba (AMC), foi concedida, em 1995, em favor da empresa norte-americana Lockheed Martin, originando a Lockheed Martin Aircraft Argentina S/A (LMAASA).

Segundo Moraes (2011) a maior iniciativa do governo Menem na área de defesa foi quando retomou a produção do Pampa, agregando-lhe algumas atualizações. Reforçando a importância dessa iniciativa a primeira unidade foi entregue em 2006 à FAA e, ao fim de 2008, oito estavam em serviço (ARGENTINA..., 2008, p. 68). Contudo, para Moraes (2011), o nível de suas atividades foi baixo quando comparado aos dos anos 1970 e 1980.

Sobre o segundo ramo de destaque na produção de produtos da indústria de defesa argentina, este foi o de blindados, onde a principal meta foi desenvolver um carro de combate nacional. O projeto teve início em 1973 e, como o país não dominava tal tecnologia, foi feito um acordo com a empresa alemã Thyssen-Henschel para o seu desenvolvimento (RIVERA, 2007, p. 3 apud MORAES, 2011). O fruto desse projeto foi a formação do Tanque Argentino Mediano (TAM), que a princípio foi produzido em 1978 pela estatal Tanque Argentino Mediano Sociedad del Estado (TAMSE) (ARGENTINA..., 2008, p. 37 apud MORAES, 2011).

Na América do Sul, a indústria naval de defesa é representada por estaleiros localizados no Brasil, Argentina, Chile e Peru (VILELA, 2009, p.159). No caso argentino os tipos de produtos de relevância da indústria de defesa, encontra-se a produção de navios, que segundo Moraes (2011) tem como destaque três vastos estaleiros, sendo eles o Rio Santiago (ARS), Tandano e Domecq. Este primeiro é um dos grandes estaleiros da América Latina, localizado na província de Buenos Aires e que não foi privatizado durante as políticas de privatizações do governo Menem. O grande projeto pioneiro militar do ARS foi a construção de um destróier da classe Type 42, debutante no fim dos anos 1960 (FÁBRICA..., [s.d.]).

O estaleiro de *Rio Santiago* se destaca na construção, modernização e reparação de navios de guerra da Armada da República Argentina- ARA. Este estaleiro foi responsável pela criação das 6 corvetas MEKO 140 em operação na ARA, e ainda possuía a capacidade de construção de contratorpedeiros, assim como se ocupa com a criação de navios mercantes de até aproximadamente 60.000 toneladas (CICALES; DEL GAIZO, 2005).

Ao contrário do que ocorreu com o estaleiro Rio Santiago, o estaleiro de Tandano foi privatizado durante o governo Menem, no ano de 1992 em favor da Indarsa que, conquanto, quebrou em 1999 (MARTÍNEZ, 2005 apud MORAES, 2011) sendo estatizado futuramente durante o kirchnerismo, após uma década de inatividade, ele foi estatizado novamente em 2007 (ARGENTINA, 2007, p. 15 apud MORAES, 2011).

O TANDANOR desfruta da capacidade para construção, modernização e reparação não só de navios de guerra, bem como também de navios mercantes, além de compor de um moderno sistema de elevação de navios de até 55.000 toneladas denominado *Synchrolift*(TANDANOR, 2008).

O estaleiro argentino *Domecq García* foi

especialmente concebido, na década de 80, para a construção de dois submarinos da classe TR-1700, contudo, com a falta de investimentos no início da década de 90, estes dois submarinos não lograram terminar sua construção (NAVARRO; MANTILLA, 1994).

No setor naval os estaleiros que em sua maioria são estatais são essenciais na contribuição para a política de defesa dos países sul americano, que buscam diversificar suas atividades como forma desse proteger da baixa procura das marinhas de seus Estados. Como destaca Vilela (2009):

Com isso, verifica-se que as empresas da indústria naval de defesa sul americana são na sua maioria estatais e contam com tecnologias relevantes, principalmente no que diz respeito à construção, modernização e reparação de submarinos. Em termos de parcerias entre estaleiros, ressalta-se apenas a cooperação entre estaleiros da MB e da ARA. Alguns estaleiros sul americanos, como o TANDANOR, o ASMAR e o SIMA, em função da baixa demanda de construções navais solicitadas pelas marinhas de seus Estados, buscam também diversificar as suas atividades no segmento de construção e reparação de navios mercantes (VILELA, 2009, p. 160-161).

O terceiro grande estaleiro dedicado a produção de navios para indústria de defesa argentina foi o estaleiro Domecq, criado no início dos anos 80, que se dedicou a produção de quatro submarinos da classe Type TR-1700 de acordo com Santoro (2006 apud MORAES, 2011).

No setor de armas leves e munições, para Moraes (2011) a grande empresa é a estatal Dirección General de Fabricaciones Militares, criada em 1941. Nela, se constituíram 17 unidades, dedicadas a produção, além de armas leves e munições: equipamentos de comunicação militar, vagões para trens, aços especiais, entre outros (ARROYO ARZUBI, 2004 apud MORAES, 2011). Alguns anos depois em 1990, sete unidades da empresa foram privatizadas, outras duas vieram a ter seu fechamento, enquanto as demais foram integradas entre si. No momento atual, esta desfruta de quatro fábricas, as quais produzem: pistolas, carabinas, cartuchos para armas leves, morteiros, tubos para canhões, cartuchos para granadas, cargas para granadas e artefatos explosivos, explosivos iniciadores, pólvora, material não letal, pontes militares, TNT, pentrita, hexógeno, propulsores extrudados e dinitrotolueno (FABRICACIONES MILITARES, [s.d.] apud MORAES, 2011).

A indústria de defesa argentina no período compreendido de 20 anos, pode fortalecer o mercado interno mediante sua produção na área, embora não tenha obtido o mesmo sucesso diante o mercado externo, o que veio a ser um dos motivos do baixo nível de atividade nos anos 90, associada ainda a condições que foram encontradas mediante as políticas do governo Menem. Como Moraes (2011) afirma:

Em síntese, a indústria de defesa argentina de meados dos anos 1960 ao término dos anos 1980 produziu itens de média ou baixa intensidade tecnológica com sucesso, fornecendo-os para o mercado interno. Em relação ao mercado externo, ela teve um nível muito baixo de inserção. Entre 1950 e 1991, o país exportou um volume equivalente a US\$ 126 milhões, frente a US\$ 3,8 bilhões exportados pelo Brasil no mesmo período. Entre outros motivos, esta foi uma das razões que levaram ao quase colapso desta indústria nos anos 1990. Com o enfraquecimento das Forças Armadas durante o governo de Carlos Menem, não houve condições para que a indústria sobrevivesse em função, em grande parte, da dependência das aquisições nacionais. De fato, as exportações exercem um papel fundamental para as indústrias de defesa da maior parte dos países. Elas podem viabilizar a sua existência e são capazes de manter os preços das aquisições feitas pelo Estado nacional em patamares não muito elevados, em função da maior escala de produção. (MORAES, 2011, p.52).

Segundo Moraes (2011) ao inicia-se o mandato de Nestor Kirchner, em 2003, uma das prioridades assumidas pelo novo governo foi a iniciativa de renascimento da indústria de defesa. Dando prioridade na área militar. No entanto, ao comparar esse processo de tentar revitalizar essa indústria na Argentina e no Brasil, é notório que a sua prontidão na Argentina é menor. No Brasil, há projetos concretos, como a produção da maior parte de uma encomenda de 50 helicópteros EC-725 Cougar (FIESP, 2008 apud MORAES, 2011) enquanto o número de blindados para transporte de tropas é de 2.044 (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2009 apud MORAES, 2011), já na Argentina foram tomadas medidas de governo, que para Moraes (2011) foram poucos projetos de efetiva expansão que ocorreram.

A argentina encontra algumas dificuldades em sua tentativa de revitalização de sua indústria de defesa com o objetivo de diminuir o descompasso com relação a fronteira tecnológica, entre essas barreiras quatro obstáculos são vistos como principais fatores para esse empecilho. Tal Como Moraes (2011) afirma:

Com o objetivo de revitalizar a indústria e diminuir o *gap* em relação à fronteira tecnológica, ou pelo menos reduzir o ritmo de distanciamento há alguns obstáculos que a Argentina tem enfrentado, os quais podem ser sintetizados em quatro pontos: *i*) a perda de capacidade tecnológica, em função do reduzido nível de atividades dessa indústria nos anos 1990; *ii*) parcerias internacionais com pouca diversidade e baixa amplitude; *iii*) os baixos gastos militares e a ausência de uma política de aquisições de longo prazo por parte do Estado; e *iv*) o pequeno volume de financiamentos para a inovação e a indústria de defesa, somado

à baixa articulação Estado – empresas – universidades. (MORAES, 2011, p.53)

Dentre os aspectos que explicam a perda da capacidade tecnológica, segundo Moraes (2011), essa perda se deu em grande parte porque a capacidade de criação armamentos com originalidade foi em grande parte perdida na Argentina decorrente de que as atividades que se mantiveram nos anos 1990 foram voltadas, acima de tudo, para a manutenção, a reprodução de equipamentos que já existiam e a execução de atualizações. Ainda segundo Moraes (2011), essas áreas de defesa tiveram diversas instalações produtivas com suas atividades interrompidas ou diminuída pulverizando o conhecimento e ocasionando migrações no grau de tecnologia.

O acordo internacional de cooperação é visto como um segundo obstáculo enfrentado pela Argentina, estes acordos poderiam minimizar a perda da capacidade tecnológica através da integração de tecnologias estrangeiras (MORAES, 2011, p.55).

Dos acordos realizados concretamente foram gestados grandes frutos, que possibilitaram avanços na tentativa de renascimento da indústria de defesa, embora estas parcerias tenham sido pouco diversificadas, estratégia essa adotada pelo Brasil, como Moraes reforça:

Nos acordos assinados e que resultaram em projetos concretos, a revitalização tem conseguido avançar, como nos casos da produção de peças para aeronaves da Embraer pela FAdeA, dos navios-patrulha por meio da cooperação com o Chile e da provável produção em série da viatura Gaúcho. A diversidade de parceiros e a amplitude dos projetos são, contudo, pequenas. Os acordos mais importantes foram firmados com o Brasil, o qual, embora domine mais tecnologias na área da defesa que a Argentina, possui capacidades limitadas quando comparadas às das grandes potências. O próprio Brasil tem adotado uma estratégia de diversificação, assinando importantes acordos de cooperação com vários países, destacando-se os realizados com a França e a África do Sul (MORAES, 2011, p.55).

Para Moraes (2011) um terceiro obstáculo enfrentado pela Argentina são os baixos gastos militares e a ausência de uma política de aquisições de longo prazo para as Forças Armadas nacionais no período.

O pequeno volume de financiamentos para a inovação e a produção em defesa, somado à baixa articulação Estado – empresas – universidades é uma quarta barreira enfrentada pela Argentina, visto que o desenvolvimento de equipamentos militares demanda recursos e esforços elevados (MORAES, 2011).

A indústria de defesa Argentina que alcançou

durante um período um nível de tecnologia significativo veio a oscilar muitas vezes subsequentemente, entre expansão e enfraquecimento de sua indústria. Várias dificuldades encontradas e medidas adotadas por alguns governos tornaram o nível de atividade cada vez menor. Ao conseguir alguns avanços, objetivando revitalizar a indústria, o processo é considerado lento, visto que são encontrados vários obstáculos para este renascimento, como gastos baixos, perda do grau de tecnologia e poucas diversificações de acordos internacionais.

5. METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho é de caráter exploratório. O método utilizado foi o indutivo, pois, para Prodanov e Freitas (2013) "Nesse método, partimos da observação de fatos ou fenômenos cujas causas desejamos conhecer". Também na realização das nossas conclusões, Gil (2008 apud PRODANOV; FREITAS, 2013) ressalta que a verdade não está totalmente provável nesse método,

[...] diferentemente do que ocorre com a dedução. Assim, se por meio da dedução chega-se a conclusões verdadeiras, já que baseadas em premissas igualmente verdadeiras, por meio da indução chega-se a conclusões que são apenas prováveis (GIL, 2008, p. 11 apud PRODANOV; FREITAS, 2013).

Os meios técnicos utilizados foram o estatístico e o comparativo. Ambos contribuem para uma boa análise de dados secundários. "O papel do método

estatístico é, essencialmente, possibilitar uma descrição quantitativa da sociedade, considerada como um todo organizado" (PRODANOV; FREITAS, 2013). "O método comparativo, ao ocupar-se das explicações de fenômenos, permite analisar o dado concreto, deduzindo elementos constantes, abstratos ou gerais nele presentes" (PRODANOV; FREITAS, 2013).

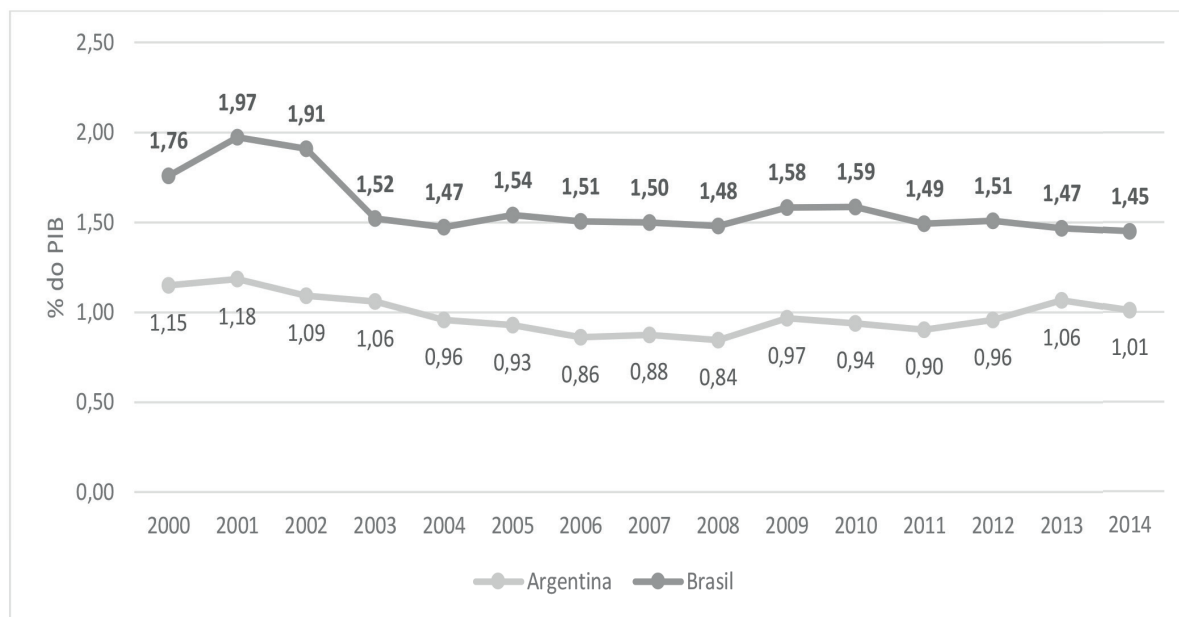
A exploração de dados secundários foi realizada a partir do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), os dados foram extraídos com recorte temporal entre 2000 e 2014, onde fez-se o comparativo dos avanços na indústria de defesa brasileira e argentina, verificando se houve alteração no nível de investimentos no que tange a esse setor industrial.

O software utilizado para tabulação dos dados foi o Microsoft Excel®2016. Feito isso, os dados foram retirados a partir de frequências e dados estatísticos como percentuais, somas, etc., após a obtenção dos resultados, foi realizada a análise dos mesmos, como mostra na seção análise dos resultados

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Posto essa contextualização sobre a indústria de Defesa da Argentina e do Brasil, cabe agora discutir estatisticamente, a partir de dados fornecidos pela SIPRI (2016), a respeito das despesas militares e afins, fazendo-se, portanto, uma análise comparativa na área de estudo desse trabalho, Brasil e Argentina, relacionando-as com aspectos econômicos relevantes para cada país, tais como o PIB nacional e as despesas bélicas per capita.

Gráfico 01: As despesas militares em porcentagem do PIB, Argentina e Brasil - 2000-2014.



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da SIPRI, 2016.

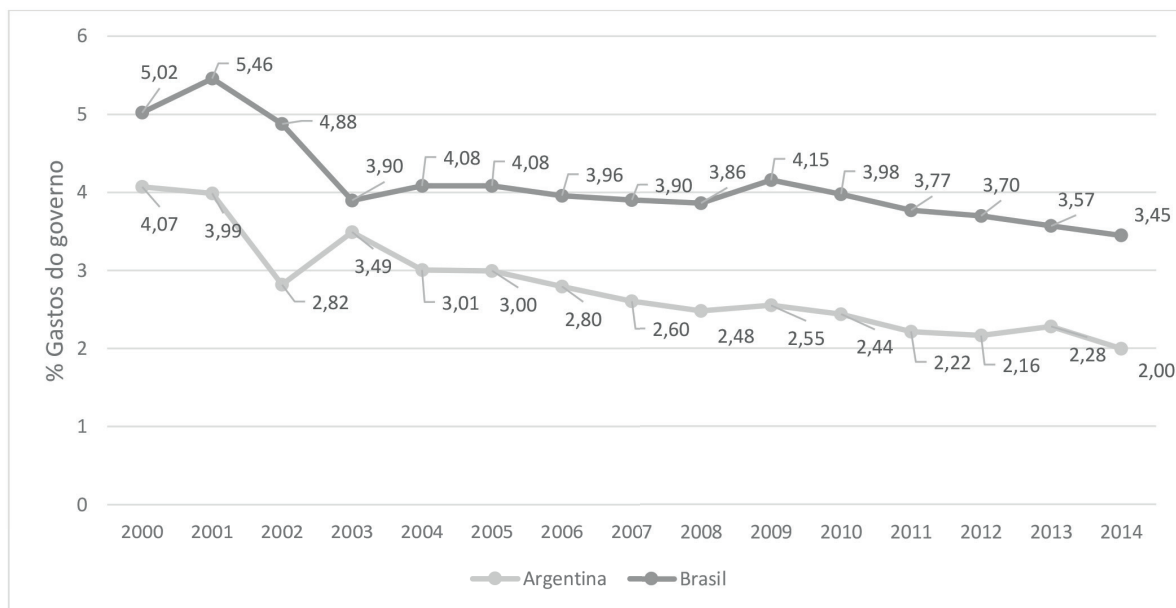
O Gráfico 1 mostra como as despesas militares se refletem no PIB, destaca-se a relativa estabilidade do governo argentino nestes 14 anos variando negativamente 0,14 de 2000 a 2014, segundo Moraes (2011) na Argentina os baixos gastos militares e a ausência de uma política de aquisições de longo prazo por parte do Estado se configuram como obstáculos, já que o objetivo era de revitalizar a indústria e diminuir o gap em relação à fronteira tecnológica.

No caso brasileiro, o país apresenta ascensão nos últimos dois anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, se seguindo por uma relativa

estabilização nas despesas militares nos governos de Lula e Dilma, entretanto mantêm-se ainda como níveis baixos dos gastos, mas superiores ainda aos argentinos. Um aumento nos gastos significaria que estes ampliariam de forma considerável e/ou que os gastos com pessoal diminuam, o que liberaria recursos para aquisições de equipamentos.

Nota-se que em relação ao PIB os gastos da argentina é o segundo mais baixo da América do Sul, tendo sido em média, no período 2004-2009, de 0,92% do PIB (no Paraguai foi de 0,83%). O Brasil no mesmo período apresenta um gasto militar médio de 1,52% do PIB.

Gráfico 02: As despesas militares por país em porcentagem dos gastos do governo, Argentina e Brasil - 2000-2014.



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da SIPRI, 2016.

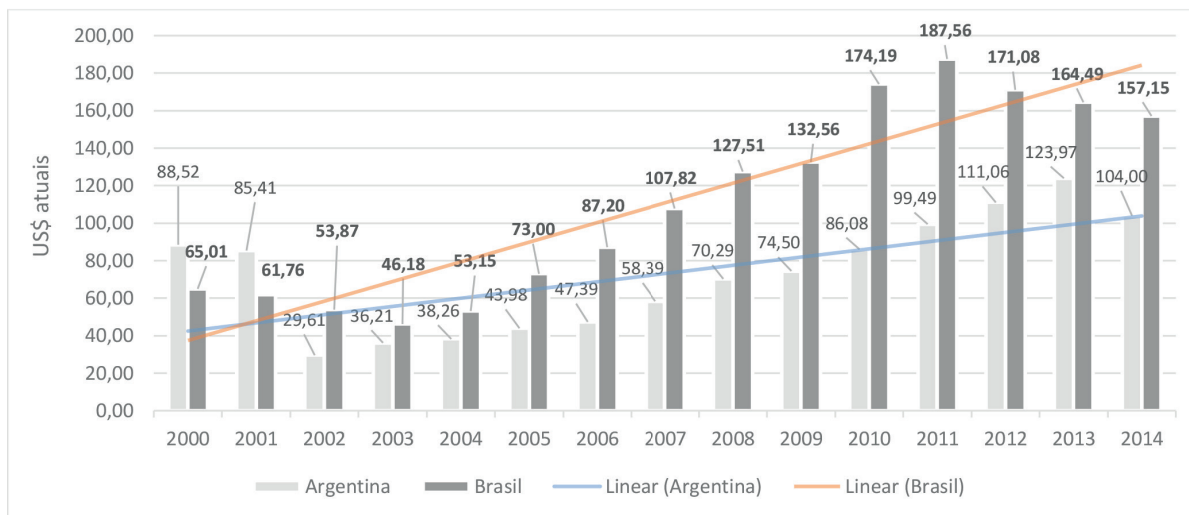
O Gráfico 2, mostra que no caso do Brasil os gastos do governo aumentaram após os anos 2000. Essa elevação pode ser explicada, segundo Andrade et al. (2016, p. 25-26) pela melhora no cenário da Base Industrial de Defesa (BID), neste referido ano, na qual pode ser explicada pelo aumento nas exportações de equipamentos militares brasileiros, uma parte desta melhora seria em consequência da expansão da importação de equipamentos militares brasileiros na América Latina, com proeminência para Colômbia, Equador e Chile. No entanto, vale mencionar que os valores exportados ainda são menos expressivos que aqueles dos anos 1980.

Sendo que a partir do ano de 2003, estes gastos passaram a sofrer pequenas variações, entre declínios e elevações o gasto referente ao ano de 2009 foi de 4,15% o que gera apenas um aumento de 0,25% no período decorrido de seis anos. A situação se agrava nos anos seguintes onde os gastos apenas declinaram com o passar dos anos, chegando assim a 2014 com

um gasto de apenas 3,45%, o que representa uma variação de 1,57% em relação ao ano inicial de análise que foi de 5,02% em 2000.

Os gastos do governo argentino com despesas militares se apresentam mais modestos em comparação aos gastos realizados pelo governo brasileiro. Em 2000 o gasto argentino com esse setor da indústria de defesa foi de apenas 4,07%, bem inferior ao gasto relativo ao Brasil, porém o mais preocupante é que nos anos seguintes esses gastos sofreram variações quase que insignificantes, que mostra a falta de concretização das políticas de defesa do governo argentino. A variação percentual dos gastos na Argentina no período de análise é muito superior a variação sofrida pelos gastos brasileiros, essa variação se manifesta em 2,07%. No período de 14 anos o governo argentino não conseguiu investir significativamente em sua indústria de defesa, o que pode ser constatado com os dados supracitados no gráfico acima.

Gráfico 03: A despesa militar per capita por país, Argentina e Brasil - 2000-2014.



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da SIPRI, 2016.

O investimento do governo brasileiro em sua indústria de defesa é bem expressivo entre os anos 2000 e 2014. Embora os gastos militares per capita tenham declinado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), após o governo Lula o aumento dessas despesas é vultoso, como mostra os dados do Gráfico 3. O destaque maior é no ano de 2011, que mostra que o governo Dilma seguiu a tendência do governo Lula e apresenta uma despesa de US\$187,56. Não obstante nos anos seguintes esses gastos tenham diminuído ainda sim os resultados se mostram apreciáveis.

A despesa militar per capita do governo argentino em 2000 representa um investimento muito importante em sua política de defesa, todavia esse gasto começa a declinar no ano seguinte quando a Argentina passa por uma grave crise econômica. Após decretar uma moratória considerada recorde no ano de 2001 e o regime de conversibilidade ter chegado ao fim em 2002, a Argentina passou pela maior crise econômica já registrada. Diante dessa situação, o PIB sofreu uma queda brusca de 11%, o emprego seguiu em declínio e o FMI previa uma hiperinflação devido à desvalorização (LAUAR; CUNHA, 2007, p.1).

A queda na despesa militar per capita argentina do ano de 2001 para 2002 é abrupta, tendo um declínio de US\$ 85,41 para US\$29,61, porém voltou a ter razoável crescimento nos anos seguintes, entretanto somente em 2010 durante o governo de Cristina Kirchner, a despesa per capita alcançou resultado semelhante ao ano de 2000 onde chegou a ter um gasto de US\$86,08 e manteve a tendência de crescimento nos anos seguintes, com exceção de 2014, onde há expressiva redução dos gastos, sendo este inferior ao ano de 2012. Mostra um considerável gasto per capita como forma de investimento para sua indústria de defesa.

7. CONCLUSÕES

Dadas as discussões realizadas ao longo deste artigo, pode-se perceber eventuais avanços no que se refere à indústria de defesa no Brasil e na Argentina, mas também recuos. Apesar desses países Latino-americanos terem enfrentado ao longo de sua história variadas crises econômicas e algumas recessões, continuam a investir nesse setor que é de suma importância para a segurança nacional e o desenvolvimento do país.

Destarte, conquanto a Argentina tenha se desenvolvido no ramo industrial de defesa e mantido relativamente estável os gastos e despesas nesse setor ao longo dos anos analisados, o Brasil ainda continua superior, tendo um número maior de investimentos em termos monetários, além de haver uma maior participação do PIB brasileiro para este setor, quando se se compara à Argentina.

8. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. W. Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas. *Opinião pública*, Campinas, v.16, n. 1, p. 220-250, 2010.
- AMARANTE, J. C. A. **Processos de obtenção de tecnologia militar**. Rio de Janeiro, IPEA - Texto para discussão 1877, out. 2013.
- AMORIM, C. A política de defesa de um país pacífico. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, p. 7-15, jan./jun. 2012.
- ANDRADE, I. O. et al. O fortalecimento da indústria de defesa do Brasil. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, n. 2182, p. 1-52, mar. 2016.

BOHN, E. C. **Indústria de defesa e processos de aquisição no Brasil**: uma sugestão de debate baseado em modelos para países em desenvolvimento. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BUZAN, B.; WAEVER, O. **Regions and Powers: the structure of international security**. Cambridge: University Press, 2003.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**: estratégia nacional de defesa. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em: 10 de abr. 2016.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Comando do 8º Distrito Naval**: histórico. c2016. Disponível em: <<https://www1.mar.mil.br/com8dn/?q=historico>>. Acesso em: 26 de abr. 2016.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Patrulha costeira**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/v19/patrolha.htm>>. Acesso em: 8 de jun. 2016.

BRIGAGÃO, C.; SEABRA, R. Panorama estratégico da política externa brasileira: os caminhos da inserção internacional. **Relações Internacionais (R:I)**, Lisboa, n. 24, p. 75-81, 2009.

CICALESÍ, Juan Carlos; DEL GAIZO, César. A indústria de defesa argentina. **Segurança & Defesa**, Rio de Janeiro, v.82, 2005.

COELHO, N. F. **A autoridade da humanidade**: uma análise à proteção institucional do reduto geográfico do patrimônio comum da humanidade no contexto jurídico-político do fenômeno de alargamento das plataformas continentais além das 200 milhas marítimas. Coimbra: Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014. Disponível em: <http://www.uc.pt/fduc/publicacoes/mestradodoutoramento/pdf_mestrado/numero1_CS5.pdf>. Acesso em: 9 de abr. 2016.

CORRÊA, R. **Pirataria em alto-mar no âmbito do direito internacional**. 2015. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2015.

CORREA FILHO, S. L. S. et al. Panorama sobre a indústria de defesa e segurança no Brasil. **BNDES Setorial**, Brasília, DF, n. 38, p. 373-408, 2013.

DELLAGNEZZE, R. **200 anos da indústria de defesa no Brasil**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008. Disponível em: <<http://ecsbddefesa.com.br/defesa/fts/200ANOS.pdf>>. Acesso em: 13 de abr. 2016.

FÁBRICA Argentina de Aviones “Brigadier San Martín”. **GlobalSecurity.org**, Alexandria, USA, [s.d.]. Military. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/world/argentina/amc.htm>>. Acesso em: 15 de abr. 2016.

FERREIRA, M. J. B.; SARTI, F. **Diagnóstico**: base industrial de defesa brasileira. Campinas: ABDI; NEIT-IE-UNICAMP, 2011.

LACROIX, M. G. Infelizmente aconteceu: O A-4AR estão inoperantes na Argentina. Defesa Naval. **Defesa Aérea & Naval**, Rio de Janeiro, 30 jan. 2016. Aviação de caça. Disponível em: <<http://www.defesaareanaval.com.br/infelizmente-aconteceu-o-a-4ar-estao-inoperantes-na-argentina/>>. Acesso em: 6 de jun. 2016.

LAUAR, V. G.; CUNHA, P. H. A recuperação da economia argentina: origens, dinâmica e desafios. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 12., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SEP, 2007.

LESSA, C. Indústria de Defesa. In: PINTO, J. R. A.; ROCHA, A. J. R.; SILVA, R. D. P. (Org.). **As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do país**: pensamento brasileiro sobre defesa e segurança. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. v. 3, p. 13-22.

MATOS, P. O. Cooperação regional em defesa: as limitações do orçamento militar na América do Sul (2000-2015). In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 9., 2016, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Abedef, 2016. Disponível em: <http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1466443989_ARQUIVO_ArtigoPatriciaMatosENABED2016.pdf>. Acesso em: 9 de nov. 2016.

MORAES, R. F. A indústria de defesa na Argentina. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, DF, n. 6, p. 49-61, abr./jun. 2011.

_____. A inserção externa da indústria brasileira de defesa: 1975-2010. **Texto para discussão**, Brasília, DF, n. 1715, p. 1-69, fev. 2012.

NAVARRO, L.; MANTILLA, D. **The American Arms Industries**: its present and future. 1994. Monografia (National Defense Superior Course) – Inter American Defense College, Washington. Disponível em: <<http://library.jid.org/en/mono33/navarro%20mantilla.pdf>>. Acesso em: 13 de dez. 2016.

OLIVEIRA, E. R. A Estratégia Nacional de Defesa e a reorganização e transformação das Forças Armadas. **Revista Interesse Nacional**, São Paulo, v. 2, n. 5, abr./jun. 2009.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIVAS, S. Força Aérea argentina emprega Tucanos para missões de interceptação. **Poder Aéreo**, Buenos Aires, 26 jan. 2016. Noticiário Internacional. Disponível em: <<http://www.aereo.jor.br/2016/01/26/forca-aerea-argentina-emprega-tucanos-para-missoes-de-interceptacao/>>. Acesso em: 6 de jun. 2016.

SILVA, O. A indústria de defesa. In: PINTO, J. R. A.; ROCHA, A. J. R.; SILVA, R. D. P. (Org.). **As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do país**: pensamento brasileiro sobre defesa e segurança. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. v. 3, p. 45-56.

SÓRIA, M. F. **Convenção das Nações Unidas sobre direito do mar**. 2003. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/26933-26935-1-PB.pdf>>. Acesso em: 8 de jun. 2016.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **SIPRI**. Base de dados. 2016. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases>>. Acesso em: 12 de abr. 2016

STRACHMAN, E.; DEGL'IESPOSTI, E. H. B. A indústria de defesa brasileira: o setor de carros de combate e a Engesa. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.31, n.1, p. 31-58, 2010.

TALLERES NAVALES D'ARSENAL NORTE – TANDANOR. Disponível em: <www.tandanor.com.ar/Espanol/MenuSp.html>. Acesso em: 22 de dez. 2016.

VILELA, Fernando de Sousa. Integração das Indústrias de Defesa na América Do Sul. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, no 14 (2009), p. 155-172.

Contribuição dos autores:

- (1) Concepção e projeto ou análise e interpretação dos dados
- (2) Redação do manuscrito ou;
- (3) Revisão crítica relevante do conteúdo intelectual.

Denis Fernandes Alves -1, 2 e 3.

José Âlison Batista Oliveira - 1 e 2.

Susiane da Silva Bezerra - 1 e 2.

Pedro José Rebouças Filho -1 e 3.